



1 ATA DA 2ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMS - Aos dois dias do mês de fevereiro de dois mil e dezesseis,
2 às dezoito horas, na sala de reuniões, situada à Rua Engenheiro Schamber, 42 – sala 4 do Edifício
3 Cathedral, na cidade de Ponta Grossa, realizou-se a segunda reunião ordinária do Conselho Municipal
4 de Saúde. Presentes os conselheiros Titulares: Elaine Cristina Lupepsa Machado, Alexandra Luise
5 Lopes, Isaias Cantóia Luiz, Elaine Cristina Antunes Rinaldi, Regina Rosa Pedrozo Rosa, Claudia Cristina
6 Saveli, Leandro Soares Machado, Paulo Saincler Heusi, Rosélia de Lourdes Ribeiro, Ana Maria
7 Bourguignon de Lima, Leandro dos Santos Dias, Juliana de Jesus Maciel, José Timóteo Vasconcelos
8 Sobrinho, Inez Rosemari Safraide. Conselheiros Suplentes: Simone Schenfeld Monçalves, Bruno
9 Cavasotti Almeida, Jiovany do Rocio Kissilevicz, Ana Caetano Pinto e Luiz Carlos de Oliveira. Em vista
10 da ausência do presidente, o vice-presidente Leandro Soares Machado, assume os trabalhos e
11 procede a abertura da reunião, cumprimentando a todos os presentes. **PAUTA: 1. Leitura e**
12 **Aprovação da 21ª. Ata de 2015; 1ª. Ata Ordinária e 1ª. Ata Extraordinária de 2016. 2. Relato Geral**
13 **(20 min.) 3. Informes Gerais. 4. Ordem do Dia. 4.1. Apreciação do calendário de reuniões ordinárias**
14 **do CMS (10 min.) 4.2. Composição das Comissões (10 min.) 4.3. Apresentação do “Ad Referendum”**
15 **em caráter emergencial e excepcional da relação para aquisição de Equipamentos para as Unidades**
16 **de Saúde com recurso Estadual, conforme Resolução SESA 604/2015 (5 min.) 4.4. Apresentação do**
17 **Plano de Aplicação do Recurso de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) destinados em regime de**
18 **urgência para o combate de dengue (30 min.) 4.5. Apresentação da alteração do Plano de Aplicação**
19 **do VIGIASUS para locação de imóvel para adequação do espaço físico da Vigilância Sanitária (20**
20 **min.) 1. Leitura e aprovação da 21ª. Ata de 2015, 1ª. Ata ordinária e 1ª. Ata extraordinária de 2016:**
21 **Atas aprovadas sem ressalva. 2. Relato Geral:** O conselheiro Isaias Cantóia fala sobre o ofício da 3ª.
22 Regional de Saúde encaminhado ao CMS, pedindo a indicação de um conselheiro para participar das
23 reuniões mensais do Comitê Regional de Investigação da Mortalidade Materna, Infantil e Fetal, cujo
24 calendário já está pronto. As conselheiras Ana Maria Bourguignon e Rosélia de Lourdes Ribeiro
25 apresentam-se como TITULAR e SUPLENTE, respectivamente. **3. Informes Gerais:** A conselheira
26 Juliana de Jesus Maciel informa como foi à visita realizada ao depósito locado pela Prefeitura, situado
27 nos fundos do Hospital São Camilo, depois de denúncias de irregularidades. Como os portões
28 estavam fechados, a visita teve que ser agendada para segunda feira da semana seguinte. Quando os
29 conselheiros chegaram o espaço estava totalmente limpo. Fica claro que para este departamento não
30 existe um recurso financeiro, não tem dinheiro para execução deste trabalho. Só tinha dois
31 funcionários para cuidar do arquivo. Eram dez funcionários para manutenção, porem muitas vezes
32 faltou apoio e material para que esta manutenção fosse feita. Um funcionário para cuidar do
33 patrimônio e quatro para o almoxarifado. O local está depredado. Averiguado os fundos foi
34 encontrado um espaço onde foram queimadas muitas coisas, que foi registrado por fotos. Ao
35 caminhar pelos resíduos foram encontrados alguns documentos de atendimentos aos pacientes,
36 receitas com datas bem antigas e outras nem tanto. Foram enviados para o arquivo morto. Os
37 conselheiros questionaram o s.r. Rafael, que nos acompanhava. O mesmo disse que não sabia o que
38 tinha acontecido ali nem o que foi queimado. Foi feita uma ata da visita, que será enviada à
39 Secretaria Municipal de Saúde para esclarecimentos. **4. Ordem do dia. 4.1. Apreciação do calendário**
40 **de reuniões ordinárias do CMS.** O Presidente em exercício, conselheiro Leandro Soares Machado diz
41 que foi apresentada à Mesa Diretora duas propostas de calendário. A primeira seria para as reuniões
42 continuarem as terças-feiras e a outra mudando para a quinta-feira. Colocado em votação,



43 constatou-se 11 (onze) votos para a primeira proposta e 7 (sete) para a segunda. 4.2. Composição das
44 Comissões: O presidente Leandro Soares Machado informa que a Mesa Diretora sugere a formação
45 de 4 (quatro) comissões, a saber: Comissão de Orçamentos, Programas e Projetos; Comissão de
46 Assistência a Saúde; Comissão de Vigilância e Saúde e Comissão de Comunicação, Informação e
47 Educação Permanente. Poderão ser formadas outras comissões, caso seja necessário. **4.3.**
48 **Apresentação “Ad Referendum” em caráter emergencial e excepcional da relação para aquisição de**
49 **Equipamentos para as Unidades de Saúde, com recurso Estadual, conforme Resolução SESA**
50 **604/2015.** Como este recurso chegou depois da última reunião plenária na gestão passada, a
51 Comissão de Orçamentos, reunida, enviou parecer favorável a este procedimento. **4.4. Apresentação**
52 **do Plano de aplicação do recurso de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) destinados em regime**
53 **de urgência para o combate da dengue.** O s.r. Leandro Inglês faz a apresentação da resolução
54 600/2015, que diz onde serão utilizados os recursos que virão para o enfrentamento as ações contra
55 o Aedes Aegypti. Este recurso é Federal e é destinado a Municípios, conforme a população do
56 mesmo. Nosso município foi agraciado com esta importância que é o valor máximo. A execução do
57 descritivo será no decorrer de 2016, conforme reza a resolução, publicada no diário oficial de
58 17/12/2015 que diz “o Estado do Paraná repassará R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) do
59 programa VigiaSUS para o município de Ponta Grossa para as despesas correntes de custeio”
60 Teremos que apresentar no que pode ser utilizado. Primeiramente confecção de material educativo:
61 foram feitas em torno de 35000 cartilhas, 50000 folders e 10 banners, quantidade para ser utilizado
62 no combate a dengue. Valor estimado em torno de R\$ 130.000,00. Manutenção de veículos que
63 serão utilizados; manutenção dos microscópios e lupas utilizados no laboratório. Feita uma
64 estimativa de quatro manutenções no valor de R\$ 5.000,00. Locação de carros de som para
65 divulgação, em várias localidades da cidade. Valor estimado em R\$ 30.000,00, Essa verba veio
66 somente para locação de terceiros. O programa de monitoramento que deve ser utilizado nas ações
67 de combate às endemias, depende de um software que ainda esta sendo verificado. Valor em torno
68 de R\$ 7.000,00. Confecção de bolsa e uniformes para os agentes comunitários usarem. Quantitativo
69 de 200, valor estimado em R\$ 70.000,00. Fotocópias contagem numa quantidade de 5000. Valor
70 estimado em R\$ 6.000,00. Além disso, tem o material de consumo, combustíveis para carros no valor
71 estimado em R\$ 90.000,00. Protetor solar fator 50, em torno de 500 unidades, no valor estimado em
72 R\$ 2.000,00. 200 botinas que entram como epi, valor estimado em R\$ 10.000,00; 30 roupas
73 completas que serão utilizadas na pulverização de inseticidas, valor estimado em R\$ 6.000,00. 200
74 botas de borracha de cano longo e material de escritório. Valor estimado em R\$ 15.000,00. 40 toners
75 para impressora. Valor estimado em R\$ 4.000,00. Total que fecha o valor que o município recebeu.
76 Lembramos que a verba que não for utilizada será devolvida. A prestação de contas, conforme
77 determinada liberal 141/2012, anexo 1 (UM) da SESA 150/2013. As informações sobre a aplicação
78 dos recursos serão integradas no relatório de gestão que deverá ser enviado ao Conselho Municipal
79 de Saúde até o dia 30 de maio do ano seguinte, data da execução financeira e serão monitorados
80 pelo gestor de qualificação do governo estadual da Vigilância em Saúde – VigiaSUS. A conselheira
81 Cláudia Saveli fala sobre a importância desta ação em relação da situação em que o nosso município
82 atravessa, já que somos um dos maiores entrocamentos rodoviários do Paraná. Hoje a maior
83 epidemia está em Paranaguá. Então qualquer pessoa poderá vir de lá e adoecer em nosso município.
84 Estão sendo feitas palestras em uma das empresas na saída de Ponta Grossa, orientando os



85 caminhoneiros dos riscos. A luta contra o mosquito somente será possível acabando com os
86 criadouros. A população pode e deve ajudar no combate. Sábado de carnaval será o dia “D” para que
87 a população verifique suas casas. O conselheiro Paulo Saincler Heusi faz questionamentos referentes
88 a valores colocados na planilha, principalmente confecção de folders e cartilhas. O s.r. Leandro Inglês
89 diz que as cartilhas serão uma maneira de alertar a população sobre os riscos da doença. O
90 conselheiro Isaias Cantóia fala da importância da informação, que é a única arma que temos, visto
91 ainda não existir uma vacina. O conselheiro José Timóteo Vasconcelos questiona o fato de
92 abastecimento de carros. Que garantia terá para saber se determinado carro foi abastecido
93 corretamente e se foi utilizado para atividades destinadas. Qual seria o meio de fiscalização para isso.
94 A conselheira Elaine explica que a verba destinada a isso não pode ser usada por outro carro ou outra
95 atividade, vem em planilhas separadas. O conselheiro Péricles fala da importância de que essa verba
96 seja investida em informação e prevenção, uma vez que tratar a doença pode sair muito mais caro. A
97 Conselheira Elaine Rinaldi, explica que antigamente o material para esse tipo de campanha vinha
98 pronto do Estado, mas que hoje recebe-se o dinheiro para que seja feito o material, que é o caso
99 desse plano, porém o município recebe também, indicações do ministério da saúde com o que se
100 deve trabalhar, esse material que foi apresentado a pouco, muito dele é do Ministério da Saúde.
101 Então é muito importante que o Conselho discuta nas comissões como o Conselho pode ajudar nesse
102 enfrentamento, porque não dá tempo de esperar e discutir prazos, sem que as ações sejam tomadas;
103 por mais que as alegações sejam pertinentes e devem ser feitas, já que a questão da fiscalização nos
104 deixa, enquanto funcionários muito mais tranquilos, já que enquanto tem bons fiscais, pode se fazer
105 um bom trabalho. Então a fiscalização é essencial, mas não dá pra esperar. Tem que se aprovar ou
106 dizer que não concorda com tal coisa, mas se sugira outra. Porque se não logo estaremos com
107 epidemias. O conselheiro Leandro Dias questiona o prazo que o plano foi apresentado ao Conselho e
108 fala da necessidade de tempo para análise. A conselheira Juliana de Jesus Maciel diz que em
109 setembro de 2015 foi apresentado ao CMS um plano do VigiASUS, onde fala que a contrapartida
110 municipal será em discussão de ações da vigilância já pactuadas. Na resolução anterior já consta
111 também a compra de bolsas e uniformes no valor de R\$ 533.000,00. Então comparando a leitura do
112 projeto, eles são idênticos, só muda a questão da resolução. A conselheira questiona se esta compra
113 de materiais vão se somar junto a esses. Questiona também o fato de alguém de nossa população ter
114 enviado mensagens dizendo que recebeu da secretaria uma caixa com informativos sobre a doença.
115 Então esses folders já foram produzidos e agora querem a aprovação imediata do plano por esse
116 motivo. O Sr Leandro Inglês explica que o dinheiro anterior citado, poderia ser utilizado em outras
117 situações dentro da Vigilância em Saúde, o qual foi feito folders com uma verba muito menos que a
118 direcionada agora para a confecção; essa verba que vem agora tem que ser usado diretamente no
119 combate ao Aedes Aegypti. O presidente informa que este plano está sendo somente apresentado ao
120 Conselho e o mesmo deverá ser encaminhado a Comissão de Orçamento para análise. O s.r. Leandro
121 Inglês solicita a aprovação. É colocado para o plenário essa mudança de apresentação para
122 aprovação. Feita a votação constatou-se empate. O s.r. Presidente, usando a prerrogativa do voto de
123 minerva, conforme preceitua o inciso VI, art. 9º., do regulamento interno vota a favor do
124 encaminhamento do plano à Comissão de Orçamento para análise. **4.5. Apresentação de alteração**
125 **do Plano de Aplicação do VIGIASUS para locação de imóvel para adequação do espaço físico da**
126 **Vigilância Sanitária.** A senhora Angela Pauli começa sua apresentação explicando mais uma vez que o



Conselho Municipal de Saúde

Ponta Grossa - Paraná

127 dinheiro encaminhado ao VigiaSUS pode ser usado no combate a dengue, já que a verba enviada ao
128 combate do mosquito Aedes não pode ser usado para esse procedimento. Existiu, no ano passado,
129 no plano de aplicação da Vigilância Sanitária a realocação do espaço físico. Para que isso seja
130 possível, terá que ser mexido em outras estruturas e a Vigilância Epidemiológica terá que ser
131 deslocada. Quando essa verba é recebida, vêm instruções de onde ela pode ser usada e neste caso
132 poderá ou não ser utilizada na locação de outro imóvel. Sem mais assuntos a tratar o presidente em
133 exercício Leandro Soares Machado encerra a reunião às 20h20min.